

## **43º Encontro Anual da ANPOCS**

**SPG27 Sexualidade e gênero: disputas em torno de sujeitos, estado e direitos**

**Pelas famílias de bem, pela moral e os bons costumes: a cruzada contra o gênero no discurso do Movimento Escola sem Partido em audiências públicas na cidade de Taubaté – SP**

Francine Netto Martins Tadielo (UFABC)

## **Pelas famílias de bem, pela moral e os bons costumes: a cruzada contra o gênero no discurso do Movimento Escola sem Partido em audiências públicas na cidade de Taubaté - SP**

*Francine Netto Martins Tadielo<sup>1</sup>*

### **Introdução**

Essa investigação trata-se de conclusões parciais de uma pesquisa de doutorado<sup>2</sup>, que busca compreender os discursos sobre as questões de gênero produzidos pelo Movimento Escola sem Partido (MESP). Mobilização suscitada em 2004, como uma contraofensiva as pautas de políticas educacionais voltadas, especialmente, as questões de gênero e orientação sexual nas escolas. Apresenta-se como uma iniciativa de estudantes e pais preocupados com a contaminação ideológica nas escolas, tanto no ensino básico quanto no superior.

Para manter “o respeito à integridade intelectual e moral dos estudantes”, uma das principais propostas do movimento é a fixação de cartazes nas salas de aula, com prescrições aos professores, indicando a necessidade de uma neutralidade política e ideológica nas práticas cotidianas e a censura em relação a assuntos, especialmente voltados a orientação sexual.

Em conformidade com Miskolci (2007), o temor da coletividade frente a mudança de padrões morais, impulsiona a criação de novas formas de controle, sendo que para colocar no eixo aqueles que desviam o percurso da normalidade, os esforços devem ser ampliados. Nesse caminho, o MESP desde a sua fundação, impulsionou a criação de projetos de lei no âmbito municipal, estadual e federal, que operam como importante estratégia na disseminação de ideais de existência e que colocam o gênero como um perigo para a sociedade e um mal a ser combatido.

Na perspectiva de tecer elementos teóricos e empíricos que possam contribuir para as reflexões acerca desse empreite anti-gênero do MESP, a pesquisa aborda os discursos produzidos em audiências públicas para a aprovação do Projeto de Lei 103/2017 - Programa Escola sem Partido, na cidade de Taubaté – SP.

---

<sup>1</sup> Pedagoga e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria - RS (UFSM). Doutoranda em Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC - SP. Agência de fomento a pesquisa CAPES.

<sup>2</sup> A referida pesquisa teve início em fevereiro de 2017 e a qualificação foi realizada em abril de 2019.

Para tanto, em um primeiro momento, contextualizamos o Movimento Escola sem Partido, suas formas de atuação, bem como alguns elementos históricos sobre as políticas educacionais e demandas dos direitos humanos das mulheres e população LGBT, conquistados durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, até o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016. Isso porque, o MESP coloca-se como avesso as formas de atuação dos governos petistas, mobilizando esforços para o desmonte de políticas públicas voltadas a participação social, ao enfrentamento da reprodução de lógicas perversas de opressão, das desigualdades e clivagens sociais (SECADI, 2007).

Também serão observados o material empírico, através das transcrições das audiências públicas para aprovação do Programa Escola sem Partido nas cidades de Taubaté, bem como as observações e percepções advindas do trabalho de campo e os registros realizados nas audiências na forma de diário de campo. A partir desses materiais, foi possível observar que no tocante a defesa da família tradicional, ou frequentemente denominada “famílias de bem”, utiliza-se o recurso da ameaça da “ideologia de gênero” para a manutenção de uma harmônica identidade biológica de acordo com o sexo de homens e mulheres e interdições sobre os aspectos que desencontram a essa norma.

### **O Movimento Escola sem Partido e as suas vertentes**

O Movimento Escola sem Partido (MESP) fundado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, foi motivado a partir de um episódio relatado por sua filha em uma aula de história. Nessa circunstância, um professor, em sala de aula, havia comparado um dos líderes da Revolução Cubana, Ernesto Che Guevara a São Francisco de Assis, santo da Igreja Católica. Tratava-se de uma abordagem sobre pessoas que fizeram renúncias em nome de ideologias, sejam elas políticas ou religiosas. Sobre o início das atividades do MESP, relata Nagib:

O movimento surgiu em 2004, quando a gente se deu conta de que as escolas estavam sendo usadas para doutrinação. Criou-se uma mentalidade progressista, favorável ao PT, que auxiliou a manutenção deles no poder. Um dos pontos é que em sala de aula, o professor não pode ter liberdade de expressão. Ali, ele é obrigado a transmitir o conteúdo, só. Ao tratar da evolução, por exemplo, ele não pode desqualificar a religião. Não se pode obrigar os filhos a aprenderem o que os pais não querem. O governo vem tentando naturalizar o comportamento homossexual, e isso pode atingir o que um pai ensina ao seu filho. Promover os próprios valores

morais é violar os direitos dos pais, e isso é ilegal. O pai pode processar o professor por abuso de autoridade de ensinar, e dizer que isso é preconceito é autoritário. (O Dia, 2004)

O contexto da entrevista do fundador do MESP, está relacionado a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) a partir do governo do presidente Lula em 2003 e que perdurou até o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Período, marcado por políticas de promoção da igualdade de raça, gênero e de políticas de governo que percorriam a participação social e a transversalidade como formas de atuação. (AGUIÃO, 2017).

Em 2003, a Lei nº 10.683, de 28 de maio, instituiu a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Inicia-se, então, um processo de consolidação de um formato de gestão que privilegia a criação de organismos no âmbito do executivo federal com enfoques específicos, incentivo à participação social (particularmente através de conselhos e conferências) e criação de planos contendo propostas de ação e diretrizes para a formulação de políticas voltadas a temas e sujeitos específicos. Ambas as secretarias, SPM e SEPPIR, são criadas tendo como um de seus principais propósitos incentivar e acompanhar a promoção da igualdade de gênero e racial a partir da coordenação de “políticas transversais” em cooperação com os demais ministérios. (AGUIÃO, 2017. p.20)

Além da importância da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), que firmavam o compromisso da construção da igualdade entre mulheres e homens e a igualdade racial como eixo central das políticas públicas, vislumbrava-se a incorporação da perspectiva de gênero e diversidade sexual nas políticas de todas as secretarias do MEC. (SECADI, 2007)

Foi nesse cenário que em 2004 foi lançado o Programa Brasil sem Homofobia (BSH) – Programa de Combate à Violência e a Discriminação contra LGBT, que abrangia importantes políticas de gênero, especialmente no que diz respeito à orientação sexual (FACCHINI, 2012). O BSH tecia suas ações na perspectiva da “(...) equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais. (BSH, 2004. p.11)

O programa correlacionava-se ao fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que mobilizavam a promoção da cidadania homossexual e o combate a homofobia. Um olhar para a escola, nesse sentido, especialmente em

relação a produção de espaços que instigassem a reflexões críticas e a abordagem sobre tais temas, eram fundamentais para o fortalecimento desse empreite.

Ainda, podemos destacar que a formação inicial e continuada de professores (as) nessa configuração, tornou-se elemento fundamental para o avanço das pautas propostas pelo programa, uma vez que uma abordagem mais aberta sobre esses temas na escola e nas universidades ganharam uma certa visibilidade apenas na segunda metade dos anos de 1980. Até então, assuntos como sexualidade apareciam nos currículos escolares apenas circunscritos nas áreas das ciências e na educação moral e cívica. (SECADI, 2007)

Considerando tais demandas, o BSH suscitou o “Projeto Escola sem Homofobia”<sup>3</sup>, com o objetivo de questionar “(...) rotinas escolares e formas de convívio social que funcionam para manter dispositivos pedagógicos de gênero e sexualidade que alimentam a homofobia” (Caderno Escola sem Homofobia, 2007. p.10).

Ao projeto, conferia a alteração de didáticas e formas de interação na escola, que atuassem na contramão de análises críticas frente a naturalização de preconceitos e discriminação. Nesse sentido, o entendimento sobre o papel da escola, era de estimular o respeito a diversidade sexual e de gênero, o olhar crítico em relação as transgressões frente ao Estatuto da Criança e do Adolescente, partindo da ideia de que nenhuma criança ou adolescente deve ser objeto de qualquer forma de violência. Caberia ao espaço escolar conceder como vetor de atuação, a garantia dos direitos humanos.

A proposta mais expressiva do Projeto Escola sem Homofobia e que por efeitos impulsiona uma contraofensiva de mobilizações como o Movimento Escola sem Partido, é o “Kit<sup>4</sup> escola sem homofobia”. Pejorativamente denominado como

---

<sup>3</sup> O Projeto Escola Sem Homofobia foi financiado pelo Ministério da Educação através de recursos aprovados por Emenda Parlamentar da Comissão de Legislação Participativa, e é uma ação colaborativa de âmbito nacional idealizada e implementada por organizações da sociedade civil, LGBT, Pathfinder do Brasil, ECOS – Comunicação em Sexualidade e Reprolatina – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva), e orientação técnica da SECADI – MEC. (Caderno Escola sem Homofobia, 2007. p.07)

<sup>4</sup> Audiovisuais do Kit Escola sem Homofobia: *Medo do que?*; *Boneca na mochila*; *Torpedo - Probabilidade* - Encontrando Bianca, o enredo acontece no ambiente escolar. Todos são acompanhados por guias de discussão com sinopse, comentários e sugestões de atividades para serem abordados no contexto escolar. *Medo de quê?* e *Torpedo* destinam-se especialmente a estudantes. *Boneca na mochila* é direcionado para a formação de professores (as), estudantes e comunidade escolar.

“Kit gay”, tratava-se de um material educativo composto por um caderno de orientações, uma série de seis boletins (*Boleshs*), três audiovisuais com seus respectivos guias, um cartaz e uma carta de apresentação. Os audiovisuais traziam em seus enredos questões como o relacionamento lésbico, dilemas sobre a identidade travesti, a bissexualidade, questões de gênero e orientação sexual.

O material foi vetado em maio de 2011 pela Presidenta Dilma, a partir da pressão conferida pela bancada conservadora, mobilizada na ocasião, pelo então parlamentar Jair Bolsonaro, que através da disseminação de um pânico moral e na torsão da proposta do kit, provoca discursos de agressividade e disseminação de preconceitos. Para Junqueira (2018):

Não por acaso, o campo da Educação está entre os que recebem atenção prioritária desses movimentos, e parece ser onde eles têm encontrado mais facilidade para obstruir propostas inclusivas, antidiscriminatórias, voltadas a valorizar a laicidade, o pluralismo, a promover o reconhecimento da diferença e a garantir o caráter público e cidadão da formação escolar. Tais propostas são denunciadas como “ameaça à liberdade de expressão, crença e consciência” das famílias, cujos valores morais e religiosos seriam inconciliáveis com as normativas sobre direitos humanos, impostas por governos e organismos internacionais. (JUNQUEIRA, 2018. p.453)

Esses mecanismos discursivos podem ser vislumbrados no discurso da bancada conservadora no contexto dos materiais educativos do Kit. Opõem-se as pautas dos direitos humanos, através das demandas de direitos da população LGBT, em nome da família, crenças religiosas, ameaça à democracia e, especialmente a integridade das crianças. De acordo com Baileiro (2018) frente ao posicionamento da bancada parlamentar conservadora em relação ao kit, podemos afirmar que “(...) seus adversários foram transformados em inimigos com presumidas intenções ocultas que ameaçariam as bases da sociedade (BAILEIRO, 2018. p.04).

O recurso do pânico moral foi essencial para o desfecho do veto do Kit, pois na disseminação das premissas de que a sociedade está sobre uma ameaça constante, valores morais do passado renascem. (MISKOLCI, 2007). Esse tipo de estratégia é utilizado e fortalecido no discurso do Movimento Escola sem Partido, sob a égide de que as escolas, por meio de “professores travestidos de militantes”<sup>5</sup>,

---

5 Apresentação do Movimento Escola sem Partido no site ([escolasempartido.org](http://escolasempartido.org)), no link “Quem somos” “A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo

estão doutrinando os alunos a partir do que denominam por ideologias “marxistas” ou “comunistas” e pela “ideologia de gênero”. A última, incessantemente mencionada no discurso eleitoral da direita conservadora nas eleições de 2018, atualmente é destaque na pauta do governo bolsonarista.

O combate a “ideologia de gênero” orquestrado pelo MESP, ou conforme denota Junqueira (2017) a “luta anti-gênero”, trata-se de manifestações forjadas que operaram como instrumentos políticos, assim como dispositivos que servem para esfacelar a potência crítica e emancipadora do feminismo, dos estudos de gênero e a deslegitimação de seus atores.

No campo dos direitos humanos o gênero emerge junto as demandas feministas relativas aos direitos sexuais, reprodutivos e a sexualidade. Na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (a CIPD do Cairo, em 1994), é estabelecido uma importante questão referente as mulheres e que são centrais para compreendermos o segmento dessa cruzada moral.

A CIPD foi o ponto de partida para o reconhecimento de que o pleno exercício dos direitos humanos e dos meios de ação das mulheres, são fatores imprescindíveis para a qualidade de vida dos indivíduos. Os programas de população descentralizam o olhar para o controle da população como melhoria da situação econômica e social dos países. Compreensão consensual entre os delegados de todas as regiões e culturas, bem como o entendimento de que a saúde reprodutiva é um direito humano e um elemento fundamental da igualdade de gênero. (Relatório CIPD, 1994).

Sonia Corrêa (2018), afirma que na CIPD “legitimou-se conceito de direitos reprodutivos, o aborto foi reconhecido como grave problema de saúde pública; recomendaram-se políticas universais de educação e sexualidade e afirmaram-se as muitas formas de família” (CORRÊA, 2018, p.08). Trata-se de um importante avanço em relação a concepções que naturalizam o gênero a partir do sexo biológico, ampliando a discussão para o entendimento da categoria gênero como construções humanas a partir de sistemas culturais que definem funções, papéis e distribuem desigualmente poder. (RUBIN, 2017).

---

das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo”. Disponível em <<http://www.escolasempartido.org/sobre/quem-somos>> 16. Set. 2019.

Na IV Conferência Mundial sobre a Mulher (CMM) realizada um ano depois, em Beijin-Pequim (1995), as demandas do Cairo foram ampliadas, mas com inúmeras ressalvas da Santa Sé, que por sua vez travava embates em relação à educação sexual de meninas, assim como aos direitos sexuais das mulheres à orientação sexual (CORRÊA, 2018).

Nos anos de 1999 e 2000, nos processos de revisão da CIPD e da CMM, o termo gênero será atacado especialmente pelo Vaticano, usando como tática o ataque às identidades e às sexualidades dissidentes, bem como as pautas dos direitos humanos das mulheres frente aos avanços alcançados nas duas conferências internacionais. Sobre os efeitos desses eventos, Miskolci e Campana (2017) contribuem com reflexões importantes para compreendemos como a luta anti-gênero ganha força posterior à Conferência em Beijin-Pequim (1995):

(...) nessa conferência se reconheceu que a desigualdade da mulher é um problema estrutural e só pode ser abordada de uma perspectiva integral de gênero. Essas declarações, que tinham um alcance global, colocaram a categoria “gênero” no centro dos debates que giravam em torno do papel da mulher, provocando uma importante reação por parte de diversos setores religiosos conservadores e, em especial, da própria Igreja Católica. Assim, por causa dessa conferência, o papa João Paulo II, em sua “Carta às mulheres”, se referiu à necessidade de defender a identidade feminina desde uma perspectiva essencialista e, alguns anos depois, na “Carta aos bispos”, de 31 de maio de 2004, manifestou-se contra o discurso feminista, reiterando que a maternidade era um elemento-chave da identidade feminina. A partir de então, a contraofensiva católica (e posteriormente de todo o conservadorismo religioso) seria o combate a essa “perspectiva de gênero”. (MISKOLCI, CAMPANA, 2017. p. 727)

Os autores tecem que o discurso da “ideologia de gênero” parte do cerne narrativo da igreja católica, especialmente no texto proferido em 1997 pelo cardeal Joseph Aloisius Ratzinger<sup>6</sup>, que conduzia críticas em relação as demandas dos direitos das mulheres no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos.

---

<sup>6</sup> Atualmente se considera a mulher como um ser oprimido; assim que a liberação da mulher serve de centro nuclear para qualquer atividade de liberação tanto político como antropológica com o objetivo de liberar o ser humano de sua biologia. Se distingue então o fenômeno biológico da sexualidade de suas formas históricas, às quais se denomina “gender”, mas a pretendida revolução contra as formas históricas da sexualidade culmina em uma revolução contra os pressupostos biológicos. Já não se admite que a “natureza” tenha algo a dizer, é melhor que o homem possa moldar-se ao seu gosto, tem que se libertar de qualquer pressuposto de seu ser: o ser humano tem que fazer a si mesmo segundo o que queira, apenas desse modo será “livre” e liberado. Tudo isso, no fundo, dissimula uma insurreição do homem contra os limites que leva consigo como ser biológico. Se opõe, em seu extremo último, a ser criatura. O ser humano tem que ser seu próprio criador, versão moderna de aquele “serei como deuses”: tem que ser como Deus (RATZINGER, 1997, p. 142 apud Miskolci, Campana, 2017, p.726)



Profere-se na perspectiva de resgatar a “família tradicional” e atentar ao rebanho a ordem do sexo biológico, incidindo aos grupos de movimentos feministas, de população LGBT ou a qualquer política de direitos humanos “(...) uma ameaça à “família natural”, ao bem-estar das crianças, à sobrevivência da sociedade e da civilização”. (JUNQUEIRA, 2018. p.453)

Para Garbagnoli (2014), tal posicionamento do Papa Bento XVI foi gatilho para que as mobilizações acerca do gênero fossem disseminadas em dezenas de países, respaldado de elementos políticos que conferem a defesa da família heterossexual, ou “natural” como uma frente ameaçada e que demanda proteção. Inspira e pressiona governos a coibirem medidas atreladas a suposta “ideologia de gênero”.

Na América Latina, o livro católico do argentino Jorge Scala *La ideología del género. El género como herramienta de poder*<sup>7</sup>, publicado em 2010, ganha força e é vociferado por grupos religiosos e conservadores, sendo para o MESP, uma importante referência. Em seus escritos, a “ideologia de gênero” que equivale ao “feminismo de gênero” (SCALA, 2011, p.47), aponta as demandas feministas como direito ao corpo e a anticoncepção, como a linha de frente da deterioração das famílias.

Sob o viés do discurso anti-gênero, as ações do MESP são direcionadas a partir de duas vertentes: a primeira relacionada às demandas do “Programa Escola sem Partido” que objetivam informar sobre os direitos e os deveres dos professores através de cartazes fixados nas salas de aulas, e a segunda, voltada aos pais, alunos e conselheiros inquietos com as formas de idealização político-ideológica (ideias “esquerdistas” e “ideologia de gênero) que acreditam contaminar a escola tanto no ensino básico quanto superior.

Através do site [escolasempartido.org](http://escolasempartido.org), são dispostos espaços para que os professores sejam denunciados, para que pais e alunos exponham relatos de experiências, *links* como o denominado “corpo de delito” onde são expostos vídeos, documentos e textos que se dizem comprovar o ensino para fins políticos e ideológicos.

---

<sup>7</sup> Em 2011 foi lançada a edição brasileira sob o título *Ideologia de Gênero: o neototalitarismo e a morte a família*.

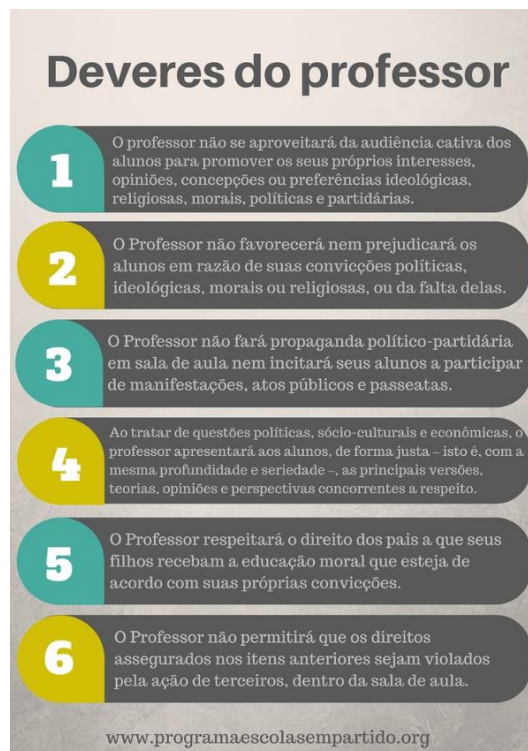


Imagem 1: Proposta de cartaz com os deveres dos professores



Imagem 2: Site do Movimento Escola sem Partido

No Movimento Escola sem Partido, assim como nos projetos de lei sustentados por sua vertente, é possível percebermos a censura do trabalho do (a) professor (a) em prol do controle das vivências das sexualidades e dos gêneros como fatores pulsantes no funcionamento de uma maquinaria disciplinar. No

entanto, também é possível notar algumas questões obscurecidas pelo discurso do MESP, que transcendem ao simples fato de uma atenção voltada à educação de jovens e crianças.

O esforço para que Escola sem Partido fosse aprovado em inúmeros municípios do Brasil no ano de 2017 e no momento pós eleições 2018, encontra-se essencialmente relacionado à condução de uma massa parlamentar disposta a governar apenas para aqueles que seguem suas crenças religiosas. Almeida (2017) descreve que, em especial os evangélicos ampliam e produzem canais políticos no Legislativo e no Executivo, observando que as religiões pentecostais em geral são aquelas que apresentam importante capacidade de indução ao voto.

O autor afirma ainda que a presença das religiões nas questões governamentais brasileiras expressa alguns deslocamentos na estrutura social. Sobretudo os evangélicos pentecostais, portadores de forte frente do conservadorismo moral e religioso: "(...) que entraram, mais do que em qualquer outro momento na disputa pela moralidade pública para maior controle dos corpos, dos comportamentos e dos vínculos primários" (ALMEIDA, 2017, p.17)

Aqui, o autor não está se referindo à moralidade apenas de um determinado grupo, mas sim a algo que se estende para a ordem legal do país. Destaca que, se os anos 80 foram um período em que os esforços desse grupo estavam centrados na arrecadação de recursos para a rede religiosa, hoje existe uma caminhada em busca de uma efetiva regulamentação dos comportamentos de reprodução e orientação sexual.

Nesse sentido, existe uma instauração de uma urgência, incentivando o campo político de inúmeros países a combater a disseminação de políticas sociais, educacionais, reformas jurídicas, em especial no que estava voltado aos direitos sexuais. Para tanto, o efeito dessa convocação cristã pode ser notado na atuação de missionários através de ações políticas voltadas contra a legalização do aborto, igualdade sexual e de gênero e promoção do reconhecimento da diferença/diversidade sexual e de gênero no Brasil. (JUNQUEIRA, 2017).

O MESP, desde sua fundação foi espaço de acolhida para projetos em nível municipal, estadual e federal. É importante situar que a questão de gênero, de forma mais explícita, não aparece nos primeiros PL do Escola sem Partido. (MOURA, 2016). O primeiro PL apresentado em um poder legislativo foi no âmbito estadual,

2974/2014, de autoria do deputado Flávio Bolsonaro (PSC – RJ) que mencionava em seus termos o perigo de uma “doutrinação política ideológica” pela voz dos professores. Também no segundo PL, de autoria do vereador Carlos Bolsonaro (PL 867/2014) apresentado na Câmara Municipal do RJ, trouxe em seus termos uma preocupação com as questões denominadas ideológicas.

A questão de gênero vai aparecer de forma explícita no PL 193/2016, apresentado no senado federal pelo senador Magno Malta (PSL/2016) que apresentou como proposta a alteração das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996) através da inclusão do “Programa Escola sem Partido”.

O projeto prescreve que a educação deve atender “os princípios de neutralidade política, ideológica e religiosa do estado, partindo do princípio de que o educando, na escola, é o sujeito “mais fraco” da relação de aprendizagem”. Também aponta que os pais são aqueles que detêm o direito de que os filhos recebam a educação religiosa de acordo com suas convicções familiares e o poder público tem o papel de não permitir práticas escolares que por ventura possam precipitar um “natural” amadurecimento do desenvolvimento da personalidade do aluno.

As questões de gênero no projeto de Magno Malta são explicitadas da seguinte forma: o estudante deve ser respeitado “(...) em harmonia com a respectiva “identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero”. Esses mesmos termos aparecem como cópia no PL 103/2017 da cidade de Taubaté, que veremos posteriormente, assim como em inúmeras propostas do ESP mobilizadas no âmbito municipal e estadual.

Essas propostas são disponibilizadas no espaço no site do MESP, que também é composto por artigos de pesquisadores de universidades que atuam como colaboradores do movimento, indica *links* destinado aos pais (defenda seu filho), bem como um campo de exploração para os interessados no movimento com explicações de como o que chamam de doutrinação, acontece no Brasil.

Miguel Nagib<sup>8</sup> anunciou o fim das atividades do MESP em agosto de 2019, uma vez que todas as demandas explicitadas no *site* do movimento, são

---

<sup>8</sup> BASÍLIO. Ana Luiza. Escola sem Partido anuncia o fim de suas atividades. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/escola-sem-partido-anuncia-o-fim-de-suas-atividades/>>. Acesso em 20. Set. 2019.

administradas por ele, sem apoio financeiro no governo. Além disso, declarou que as pautas do MESP após as eleições, deixaram de ser expressivas no discurso do Presidente Jair Bolsonaro. Posteriormente, em setembro de 2019, Bolsonaro anuncia o pedido ao Ministério da Educação para que fosse redigido um projeto de lei que denote a proibição da “ideologia de gênero” nas escolas.

### **Sobre os discursos das audiências públicas para a aprovação do Programa Escola sem Partido em Taubaté (PL 103/2017)**

No dia 27 de outubro de 2017, foi realizada a primeira, das duas audiências públicas para a aprovação do PL 103/2017<sup>9</sup>, que instituía o Programa Escola sem Partido na cidade de Taubaté-SP. Ao adentarmos no recinto da Câmara Municipal onde a audiência pública acontecia, foi notável em um primeiro momento a quantidade de policiais envolvidos na segurança do evento. O público que assistia a audiência estava dividido entre professores (as) e alunos (as) de licenciatura de faculdades da cidade e de um grupo que representava a maioria das pessoas presentes, composto por integrantes do Movimento Brasil Livre – MBL, do movimento denominado Direita Taubaté e dos demais apoiadores do MESP.

Ao analisarmos o cenário, também foi perceptível a perplexidade que o grupo de pessoas que não apoiavam o MESP observavam aquele contexto. Conversamos com duas professoras e perguntamos porque haviam poucos professores na audiência. Uma delas afirmou que os docentes não tinham o conhecimento sobre o assunto que seria abordado naquele contexto e que se tratava de uma pauta importante. A outra professora respondeu — *apenas nos avisaram na escola que os professores precisavam participar da audiência sobre educação na prefeitura, chegamos aqui e é isso.*

Essa referência ao “é isso” expressado gestualmente pela docente, possivelmente estava associado à forma como esses apoiadores posicionavam-se

---

<sup>9</sup> A segunda audiência pública aconteceu no dia 10/11/2017, sendo que quase a totalidade do público presente era de professores e estudantes em oposição ao ESP. Na tribuna, o espaço disponibilizado para a defesa do ESP foi ocupado apenas pelo vereador que propôs o PL. Isso, aparentemente, significou uma recusa dos grupos apoiadores do ESP sobre o desfecho da primeira audiência, visto que a votação do PL foi postergada para o dia 10/11/2017. O Referido projeto de lei foi suspenso a pedido do Ministério Público do estado de São Paulo, tendo a justiça reconhecido sua inconstitucionalidade, em 2017.

em relação a pauta educação. Ao invés de todos os seguimentos da comunidade, professores, alunos, pais, serem convocados para o diálogo sobre os desafios cotidianos da escola, características de gestões democráticas e participativas, o cenário observado, tal e qual o MESP converge, propôs o denunciamento e a criminalização dos educadores, distante de resoluções de problemas que contemplam variados posicionamentos e diálogo coletivo. (PENNA, p.101, 2016)

Com a bandeira da república, aos gritos muito parecidos com o de torcidas organizadas, acusavam os professores de “doutrinadores”, “esquerdistas”, “comunistas”, “marxistas”, desmereciam o educador Paulo Freire e como numa espécie de coral, a todo o momento exclamavam: “— a nossa bandeira jamais será vermelha”. Também notamos que esse grupo era composto por mulheres que estavam vestidas com camisetas com o nome do pré-candidato na época, Jair Bolsonaro e seguravam cartazes com dizeres de apoio ao ESP, a exemplo: “meus filhos minhas regras”.



Foto 1: Audiência pública em Taubaté (arquivo pessoal)

Durante a apresentação do projeto, o vereador autor expôs situações em sala de aula através de vídeos e de supostas cartas de seus eleitores, configurando tais situações como perversas e de cunho ideológico. As acusações que regiam o discurso do idealizador do Programa Escola sem Partido em Taubaté, pontuava como um dos principais perigos para as escolas a “ideologia de gênero”. O mesmo

termo foi utilizado em inúmeros dos discursos dos apoiadores do ESP, que na tribuna foi caracterizado uma ameaça ao esfacelamento das famílias no Brasil.

A ideologia de gênero chegou no Brasil para desestabilizar a família, cito aqui a escritora, mãe da ideologia de gênero, ideologia de gênero não tem pai, tem mãe, Judith Butler, quem estuda a história conhece a Judith Butler e o livro dela incita o que? Incita que a família seja destruída para que o cidadão possa ser vulnerável, só você ler e pegar o livro. Eu falo não para a ideologia de gênero, eu falo não para doutrinação e mostro e concordo com algumas pessoas que vieram aqui e falarem professor está sendo desmerecido, está mesmo, se toma aquele caso do Paraná, da aula de Santa Catarina. Aquela professora doutrinou tanto o aluno dela que quando ela foi repreender o aluno, o aluno agrediu ela, agrediu ela porque ela não tem controle. É uma classe que nós devemos respeitar. É uma classe que nós devemos valorizar, mas doutrinar meu filho não, isso eu não aceito. A minha maior joia, o presente que deus me deu não vai ficar na mão de qualquer um e não vai aprender aquilo que não seja meus conceitos. (Vereador, trecho audiência pública, 27 de outubro de 2017)

Conforme pontuado anteriormente, as questões da cruzada moral contra o gênero, encontram-se estreitamente associadas às demandas feministas (SCALA, 2011). Dessa forma, quando é reivindicado a família e a sua originalidade, também se reitera um regresso das mulheres somente a esse núcleo com destaque a maternidade. A escola para o Movimento Escola sem Partido, torna-se um espaço de potência para a disciplinarização desses corpos em prol de suas demandas.

Essas estratégias sobre o corpo da mulher, da criança, dos casais, e dos prazeres são, para Foucault (2014), a produção da sexualidade, a qual considera um dispositivo histórico, ou seja: uma “(...) grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação aos discursos, a formação do conhecimento, o reforço do controle e das resistências, encadeiam-se uns nos outros, segundo grandes estratégias de saber-poder” (p.100).

Nessa conjuntura de estratégias de saber-poder, o corpo, em inúmeros contextos, foi e continua sendo objeto de investimentos imperiosos. Em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações e obrigações, corpos controlados em seus detalhes, em nível mecânico de movimentos, gestos e atitudes (FOUCAULT, 2011).

Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que não cessam de realizar a sujeição constante de suas forças, que lhe impõem uma relação de docilidade e utilidade, são característicos da disciplina. A escola

como uma técnica minuciosa disciplinar essencialmente centrada no corpo (indivíduo), assegura sua distribuição espacial (separação dos indivíduos), a vigilância, bem como, em torno desses corpos individuais, existe um campo de visibilidade (FOUCAULT, 2011, 1999). Não por acaso, o interesse nos saberes que nela circulam historicamente representam um espaço de disputa (e resistência).

Os discursos que mobilizam as práticas e as estratégias do ESP no que toca à sua obsessiva preocupação em demonstrar a existência da forjada categoria “ideologia de gênero” encontram ressonância com aquilo que Foucault identifica como o biopoder, que integra-se a essas técnicas disciplinares e as modificam-se parcialmente. O biopoder opera, no homem espécie, a partir de mecanismos regulamentadores, os quais vão prever riscos, controlar a população, produzindo saberes como estatísticas, dados demográficos, enfim, um exame minucioso desse “corpo com inúmeras cabeças” (FOUCAULT, 1999, p. 292).

[...] a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais e que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige a multiplicidade dos homens, não à medida que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processo como nascimento, a morte, a produção da doença, etc. (FOUCAULT, 1999, p.289).

Através do surgimento da população como um problema político e econômico, em que o Estado percebe que não apenas deve lidar com sujeitos, mas com uma “população” com suas variáveis próprias (fecundidade, saúde, formas de alimentação, modos de vida, moradia, etc), o sexo passa a representar o cerne dos problemas econômicos e políticos dessa população. A fortuna e o futuro da sociedade vão ser direcionados dependendo da maneira como cada pessoa vai usá-lo. (FOUCAULT, 1999)

O autor compõe essa ideia, sinalizando que a importância dada à sexualidade tem relações com seu comportamento, que, exatamente corporal, depende de um controle disciplinar, individualizante, uma vigilância permanente. A sexualidade com seus efeitos procriadores diz respeito não apenas ao corpo individual, mas a uma unidade múltipla constituída pela população. Assim, “a sexualidade está exatamente



na encruzilhada do corpo e da população. Portanto, ela depende da disciplina, mas também da regulamentação” (1999, p.300).

Além do mais, o elemento que vai circular entre o disciplinar e o regulamentador é a norma, que se aplica ao corpo da população e permite, simultaneamente, o controle disciplinar do corpo e dos acontecimentos inusitados de ordem biológica. Dessa maneira, a norma pode ser aplicada no corpo que se deseja disciplinar, bem como na população que se quer regulamentar (FOUCAULT, 1999).

Nos discursos das audiências públicas que a composição binária de um núcleo familiar foi incessantemente reivindicada. Aqueles que vão estar fora dessa norma, à sobra, recebem o status de *anormais* juntamente com as sanções de negação, são reduzidos ao silêncio, numa perspectiva de que sobre isso não se tem nada a saber, a manifestar ou a ver (FOUCAULT, 2014).

Esses termos são evidentes no ataque aos modelos de família que descumpram a norma heterossexual, os preceitos da reprodução biológica e da maternidade compulsória. Daí a perseguição não somente a diversidade de orientação sexual, mas aos modelos de família que fujam àquela norma.

— Essa semana uma mãe de um filho de seis anos me abordou porque a escola inteira entregou para essa criança livros, um livro da qual a criança desenvolveu desenhos e que então haviam diferentes tipos de família. Nós respeitamos o desejo daqueles entendem que aquilo que é natural a família. Ele defende outros tipos de família, então nós como adultos defender outros tipos de família (mostrando a atividade) tudo bem, porém esse assunto de diferentes tipos de família está sendo tratados com crianças de 4, 5, 6 anos e isto a lei não permite. Não é este vereador. É a lei. Então os pais têm o direito pela lei, pela lei, de renunciar e abdicar que a educação que a criança recebe em sala de aula seja de acordo com o princípio da família. Não de acordo com os interesses de pessoas mal intencionadas. (Vereador, trecho audiência pública, 27 de outubro de 2017)

Nas audiências, a sexualidade e a orientação sexual das crianças são discursadas como uma questão a ser controlada, caso o contrário essa sexualidade anormal irrompe demandas ao estado e da sociedade, segundo a fala de um psiquiatra simpático ao movimento e chamado a “legitimar” o discurso normalizador:

— A ideologia de gênero ela prega que o gênero é construído culturalmente, isto é um erro, isto é um erro, mas porque que a gente está se preocupando tanto com isso? Por que para aquela criança lá que está confusa na sua sexualidade, se a família não se preocupa em estabilizar a

criança, a criança fica confusa a adolescência toda, gera um transtorno mental nela, gera um transtorno psíquico nela, gerando demandas de serviços de saúde, sofrimento para família e tudo mais, mas o buraco é um pouco mais em baixo porque ainda assim estamos falando tanto de ideologia de gênero? Por quê? Por que esses teóricos da ideologia de gênero estão no ministério da saúde, estão na secretaria de saúde, estão na UNESCO, na ONU, se passando por teóricos, se passando por cientistas donos da verdade, enquanto não são. Dentro da ONU realmente a situação é muito grave. (Psiquiatra, trecho audiência pública, 27 de outubro de 2017)

O cuidado com uma sexualidade genuína e ao mesmo tempo perigosa na educação do ESP deve ser cerceada pelo professor. Por isso, a voz docente deve ser censurada e nela sonorizada conhecimentos tomados como acabados, sem a oportunidade de questionamento ou senso crítico.

Isso rememora o contexto ditatorial no Brasil em que a docência numa perspectiva reflexiva e emancipadora, assim como a potência da escola como um lugar de questionamento sobre as mazelas sociais foram efeitos para a perseguição de professores. O golpe de 1964, permeado pela repressão, perseguição aos trabalhadores, não deixa de poupar os professores, uma vez que uma das tarefas urgentes de tal regime era controlar as ideias, especialmente voltadas ao pensamento marxista e o esvaziamento do debate político através da censura e da violência (SALLES, 2016).

Na contramão da retórica contra a doutrinação de professores e na luta contra o gênero nas audiências, na tribuna, as resistências se articularam a partir de discursos que defendem as conquistas democráticas das últimas décadas no país, a proteção dos direitos humanos, a erradicação da discriminação e preconceitos contra minorias, a igualdade material entre todos os cidadãos, todos eles preceitos constitucionalmente previstos. Os professores e sociedade civil discursaram em defesa da escola pública, trazendo as seguintes questões para o debate:

— Nós somos seres diversos e graças a muita luta a nossa constituição de 1988 garante o respeito a diversidade, por enquanto nós ainda estamos no estado democrático de direitos e nós temos uma constituição, essa casa legislativa não pode rasgar essa constituição, nenhum vereador mediante a sua posição religiosa por ter sido eleito pelos seus fiéis devotos da sua religião tem o direito de afrontar a constituição brasileira, a constituição é a lei (Professora, trecho da audiência pública, 10 de novembro de 2017-Taubaté)

— E estou aqui para dizer que na justificativa das pessoas que estão apoiando esse projeto é que professor deve se limitar a ensinar português

e matemática entre outras funções. E eu quero dizer que sim, nós queremos aprender matemática, nós também queremos aprender a multiplicar, somar, mas também queremos aprender a calcular as atrocidades que acontecem na câmara municipal da nossa cidade e que nós queremos sim aprender português porque nós queremos aprender a verbalizar bem alto qualquer tipo de discriminação por cor, por raça, por gênero e por orientação sexual. (Estudante, trecho audiência pública, 27 de outubro de 2017-Taubaté)

A estratégia que mais se destaca, e que de certa maneira garantiu uma efetividade dos projetos do Escola sem Partido (ESP) no ano de 2017 foram as articulações políticas no âmbito dos municípios, junto aos vereadores e prefeitos, para a proposição de projetos de lei visando a alteração dos planos municipais de educação incluindo os preceitos da MESP e combatendo qualquer referência à educação sexual nas escolas.

Nesse sentido, tivemos mudanças retrógradas no campo da educação, como a exclusão do termo gênero do Plano Nacional da Educação (PNE), documento chave na composição das diretrizes e estratégias que para a educação nacional dos anos de 2014 a 2024, assim como na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)<sup>10</sup> no ano de 2017 em que o termo “gênero” e “orientação sexual” foram retirados de seu conteúdo. A reconfiguração desses documentos que deveriam garantir metas como a valorização e o respeito a diversidade, evidencia a força com que prescrições do MESP atravessam as demandas governamentais e os caminhos para a educação no Brasil.

### **Conclusões parciais**

O discurso da cruzada contra o gênero que conduz o Movimento Escola sem partido, tem caminhado junto as atuais pautas de governo, que buscam de forma explícita esfacelar as demandas feministas, de gênero e de raça e criminalizar qualquer tipo de manifestação, especialmente ao que confere aos movimentos sociais.

---

<sup>10</sup> PEC 181/2015 Disponível em < <http://camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2075449>>

Durante o período eleitoral de 2018, os discursos que residem no MESP ganham força, e de certa maneira, tornam-se decisivos para a eleição do Presidente Jair Bolsonaro. Na atual agenda de governo a ameaça as ideias de esquerda, do comunismo e a promessa de livrar as escolas de amarras ideológicas, são reivindicados em qualquer contexto de ação governamental.

O anúncio de uma nova era expressado pela Ministra Damares Alves, no início do ano de 2019 em que “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”, aciona a naturalização do sexo, distanciando-nos de debates importantes como o entendimento de que o “(...) gênero é uma divisão dos sexos imposta socialmente” (RUBIN, 2017, p.31).

Podemos relacionar o desmonte de políticas educacionais voltado a diversidade sexual, de gênero e a população LGBT ao que Foucault (1999) denomina como racismo de estado: “(...) quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação a espécie, mais eu – não enquanto indivíduo, mas enquanto espécie – viverei”. (FOUCAULT, 2005, p.305). A aniquilação do degenerado, do anormal, é essencial para uma vida sadia e para o bem social das “famílias de bem”, caras para o atual governo.

## Referências

AGUIÃO, Silva. *Quais Políticas? Quais sujeitos? Sentidos da promoção da igualdade de gênero e raça no Brasil*. (2013-2015). Cadernos Pagu, nº 51, p. 01-54, jan. 2017.

ALMEIDA. R. *A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo*. Dossiê Conservadorismo, Direito, Moralidades e Violência. Cadernos Pagu, 2017. ISSN 18094449.

BAILEIRO. Fernando Figueiredo. *Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça*. Cadernos Pagu, 2018. ISSN 1809-4449.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Educação é a Base. 2017. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/BNCC\\_19dez2018\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/BNCC_19dez2018_site.pdf)> Acesso em 21 set 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. 2004. Disponível em <

[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf)> Acesso em 21 set 2019.

Cadernos Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos*. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

CORRÊA, Sônia. “A Política do Gênero: um comentário genealógico”. Cadernos Pagu. nº 53, p. 01-16, jun. 2018.

FACCHINI, R. “Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro”. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 3, n. 04, nov. 2012.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: Vontade de Saber*. 1ª. ed. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J, A. Guidolin Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

\_\_\_\_\_, M. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Grall, 2012.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da Sociedade: curso Collège de France (1975-1976)* /Michael Foucault. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

GARBAGNOLI, S. “L’ideologia del genere”: l’irresistibile ascesa di un’invenzione retorica vaticana contro la denaturalizzazione dell’ordine sessuale. About Gender, Genova, 3(6), 250-263, 2014.

JUNQUEIRA. *A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero*. Psicologia Política. V. 18. nº 43. p. 449-502, set. 2018.

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: como a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. In: RIBEIRO, Paula R. Costa; MAGALHÃES, Joanalira C. (Orgs). *Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. p.25-52.

MISKOLCI, Richard e CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo”. Revista Sociedade e Estado, v. 32, nº 3, p.725-748, set. 2017.

MISKOLCI, Richard. *Pânicos Morais e Controle Social – reflexões sobre o casamento gay*. Cadernos Pagu. nº 53, p.101-128, jun. 2007.

PENNA, Fernando. *O ódio aos Professores*. In: Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação (Org) *A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20*

*autores desmontam o discurso*. 1ª Edição. São Paulo: Ação Educativa, 2016. ISBN 978-85-86382-44-4.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *Relatório do Brasil para a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento*. Brasília, dezembro de 1993.

RUBIN, Gayle. *Políticas do Sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SALLES. M., STAMPA I. *Ditadura Militar e o Trabalho Docente*. 2014. Revista Trabalho Necessário ISSN: 1808 - 799 14, nº 23. p 166 -185

SCALA, Jorge. *Ideologia de Gênero: O Neototalitarismo e a morte da família*. Cidade: São Paulo. p. 01-199. Kthekeesis, 2011.

VOZES CATÓLICAS. "A igreja católica e a Conferência do Cairo: uma linguagem comum". Cadernos nº 2. 2004. Disponível em <<http://catolicas.org.br/wp-content/uploads/2014/08/publica%C3%A7%C3%A3o-igreja-catolica-conferencia-cairo.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2019